

FERNÃO LOPES, CRONISTA DO DEALBAR DA ERA MODERNA EM PORTUGAL

Jorge Dias

Fernão Lopes foi o máximo expoente da historiografia medieval portuguesa. Durante a Idade Média, no período que o precedeu, a poesia lírica dos Cancioneiros manifestara extrema originalidade e beleza. Em contraste marcante, a prosa literária revelava evidente atraso em relação à dos outros povos da Península Ibérica. De facto, antes dos meados do século XV a historiografia portuguesa era extremamente primitiva quando se compara com a produção castelhana ou aragonesa.¹ Em face disto, a grande obra histórica de Fernão Lopes (Crónica del-rei D.Pedro, Crónica del-rei D.Fernando e Crónica del-rei D.João I) escrita entre 1430 e 1450, representa já, mais do que o findar de uma época, o início de uma nova escola, cujo perfeito florescimento se iria encontrar nos fins do século XV e XVI.²

Durante o século XIII Portugal surgiu como um país homogéneo e forte devido à fusão do Norte e do Sul que conglobara três nações: a cristã, a moçárabe e a muçulmana. Durante aquele século Lisboa e Porto emergiram como as duas principais cidades do país, esteios do poder dos reis na luta contra a nobreza feudal. Durante o reinado de D.Dinis (1279-1325), da dinastia de Borgonha, a língua portuguesa tornou-se a língua oficial. A corte régia era centro de cultura em que o próprio monarca se distinguia pelos seus méritos de poeta. Este período marcou o apogeu do período feudal, Mas no reinado de D.Afonso IV, a Peste Negra e consequências político-sociais dela resultantes agudizaram os conflitos entre as diversas classes do país. O interlúdio de paz chegou ao fim com o advento de D.Fernando (1367-1383). Guerras desastrosas com Castela causaram grande descontentamento. À sua política desastrosa, resultado de uma tentativa desesperada da aristocracia

terra-tenente para conservar a sua força e privilégios tradicionais, D.Fernando juntou um casamento impopularíssimo com a formosa e perversa D.Leonor Teles. Ao casar sua filha única D. Beatriz com o rei de Castela, D.João I, D.Fernando criou uma crise dinástica, que aliada às condições político-sociais conduziu à guerra civil, à Revolução de 1383 e à invasão castelhana.³ Em face da reacção popular contra a filha de D.Fernando, o rei de Castela decidiu invadir Portugal e assumir o Poder, com o apoio da maioria da nobreza terra-tenente. Contra o rei castelhano se ergueram as classes populares, sob o comando da burguesia, que nomeou "leader" da resistência o Mestre da Ordem de Avis, D.João, filho bastardo do rei D.Pedro.

A guerra passou por três fases principais. Na primeira (Janeiro-Outubro de 1384) D.João I de Castela invadiu Portugal, alcançou Lisboa e cercou-a em vão durante quatro meses. Entretanto, os portugueses comandados pelo Condestável Nuno Álvares Pereira derrotaram os castelhanos em Atoleiros (Alentejo). Na segunda fase (Maio-Outubro de 1385), D.João de Castela invadiu Portugal de novo, sendo decisivamente derrotado em Aljubarrota, perante um exército mais pequeno, mas melhor organizado e disciplinado. Outras derrotas castelhanas se seguiram (Trancoso e Valverde). Na terceira e última fase (Julho de 1386-Novembro de 1387) um tratado formal entre Portugal e a Inglaterra trouxe o Duque de Lencastre à Península Ibérica como pretendente à coroa castelhana. A paz só viria a ser assinada em 1432. No entanto, o Mestre de Avis fizera-se proclamar rei com o título de D.João I (1385) em cortes convocadas para Coimbra.⁴ Esta sucessão de acontecimentos é a mais decisiva de toda a história portuguesa: após estes sucessos Portugal lançou-se na expansão ultramarina, no sentido de Marrocos e da costa ocidental africana.

Testemunha eloquente da Revolução de 1383, Fernão Lopes apresentou em a Crónica de D. João I o quadro grandioso de um povo em armas contra os seus opressores - nacionais e estrangeiros.

Fernão Lopes foi um alto funcionário público, valido da Casa Real de Avis e figura de relevo do seu tempo. Antes de 1434 o infante D. Duarte, filho de D. João I, encarregou-o de escrever a crónica do monarca reinante. Para esse efeito dispunha Fernão Lopes, além de todo o vasto material arquivístico da Torre do Tombo, de memórias já compiladas de reinados anteriores a D. Pedro I. Serviu-se abundantemente de documentos avulsos e deslocou-se em pessoa a várias localidades do reino.⁵ Fernão Lopes começou por refundir as "estórias" dos reis portugueses incluídas na Crónica Geral de Espanha de 1344, ou sejam as histórias dos sete primeiros reis - de Afonso I a Afonso IV. A esta refundição seguiu-se a redacção da história dos reinados de D. Pedro e D. Fernando. Fernão Lopes começa portanto por ser um continuador dos métodos historiográficos da escola de Afonso X de Castela, principalmente representada em Portugal pelo compilador da Crónica Geral de Espanha. Nas Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, aproveitou ainda Fernão Lopes extensamente as obras do castelhano Pedro López de Ayala.⁶

Nascido provavelmente na década de 1380 e falecido na segunda metade do século XV, Fernão Lopes viveu num período perturbado da história da Europa Ocidental: guerras permanentes, insurreições de camponeses, levantamentos de cidades contra os senhores feudais. Ao longo de todo o século XIV a terra vinha sendo desertada pelos camponeses; o artesanato e a burguesia das vilas, cada vez mais poderosos, suportavam com impaciência crescente os senhores que por sua vez procuravam novas compensações para as dificuldades resultantes da desorganização da estrutura feudal dos campos.⁷ A visão de Fernão Lopes foi informada pela cultura

do tempo, posto que seja pouco provável que tenha frequentado a Universidade. Na biblioteca real pôde ampliar a sua cultura literária. Ali encontrava a Crónica Geral de Espanha; os romances de cavalaria, nomeadamente o ciclo da Demanda do Santo Graal; obras das duas figuras da Antiguidade que iluminam a Idade Média, Aristóteles e Santo Agostinho; certos tratados de política e de moral, incluindo obras de Cícero e de Séneca.⁸

Ao génio excepcional de Fernão Lopes deve a historiografia portuguesa uma transformação radical, que a elevou ao primeiro plano da cultura europeia do século XV. Através da transcrição de documentos notariais e da confrontação de fontes diversas, Fernão Lopes conseguiu uma visão complexa do acontecer histórico, em que perpassam as massas populares e os heróis, abrangendo as transformações sociais e económicas do conjunto da nação.⁹

Da vasta produção de Fernão Lopes, sobressai a Crónica de D. João I, porque a percorre um sopro de epopeia, visto que do sangue e da violência da Revolução de 1383 emergiu uma sociedade moderna.

No início da sua Crónica Fernão Lopes proclama a sua imparcialidade:

"Oh! com quanto cuidado e diligencia vimos grandes volumes de livros, de desvairadas languageês e terras e isso mesmo públicas escrituras de muitos cartórios e outros logares!"¹⁰ Esta imparcialidade tem sido contestada por alguns historiadores, entre os quais Oliveira Marques: "Surgiu nestes termos a primeira obra francamente partidária da historiografia portuguesa, cujas deformações, propositadas ou inconvenientes, não temos hoje maneira de avaliar com rigor, mas cuja abonação exclusiva de um período histórico tem de ser posta decididamente de lado."¹¹ Considera a obra suspeita, por ter sido encomendada pelos poderes públicos. António José Saraiva considera que Fernão Lopes

consultou as suas fontes, pelo que é um caso singular da historiografia medieval. Mas conclui que o problema do rigor documental é muito diferente do problema da imparcialidade do historiador. Mas como Fernão Lopes, a seu ver, estava identificado com a burguesia, grupo social dinâmico, ascendente e transformador, tendia a ter uma percepção mais viva do movimento histórico, apercebendo-se de um processo histórico global.¹² Em contraste com estes historiadores, António Borges Coelho defende a objectividade de Fernão Lopes.¹³

A Crónica de D. João I inicia-se com a conspiração que visava assassinar o Conde João Fernandes Andeiro, valido da rainha D. Leonor Teles e instrumento da política de Castela. Um grande burguês, Álvaro Pais urde a intriga, cujo instrumento era D. João, Mestre de Avis. Logo de início nos surge o retrato do Mestre, ambicioso e timorato. O assassinio é realizado no palácio da Rainha, após um diálogo entre os dois inimigos, impregnado de ferocidade e hipocrisia. A acção é vívida e dinâmica, expressa numa linguagem arcaizante, coloquial. Após o assassinio do Conde Andeiro, os seus partidários amotinam o povo de Lisboa, incitando as massas populares à revolução:

"O page do Meestre que estava aa porta como lhe disserom que fosse pella villa segundo já era perçebido, começou dhir rijamente a gallopes em çima do cavallo em que estava, dizendo altas vozes, braadando pella rrua: Matom o Meestre! Matom ho Meestre nos Paaços da Rainha! Acorree ao Meestre que matom! E assi chegou a casa dAlvoro Paez que era dalli grande espaço.

As gemtes que esto ouviam, sahiam aa rua veer que cousa era; e começamdo de fallar huüs com os outros, alvorçoçavamsse nas voomtades, e começavõ de tomar armas cada huü como melhor e mais asinha podia. Alvoro Paez que estava prestes e armado cõ huüa coiffa na cabeça segundo husança daquell tempo, cavallgou logo a

pressa em çima dhũu cavallo que anos avia que nom cavallgara; e todos seus aliados com elle, braadando a quaaes quer que achava dizeendo: Acorramos ao Meestre, amigos, acorramos ao Meestre, ca filho he del Rei dom Pedro. E assi braadavam ell e o Page Himdo pella rrea. (...) E per voomtade de Deos todos feitos dhuu coraçom com tallente de o vimgar, como forom aas portas do Paaço que eram já çarradas, ante que chegassem, com espantosas pallavras começaram de dizer: "Hu matõ ho Meestre? que he do Meestre? quem çarrou estas portas? Alli eram ouvidos braados de desvairadas maneiras. Taaes hi avia (...) dizeendo que a britassem pera entrar dentro, e veeriam que era do Meestre ou que cousa era aquella. Delles bradavam por lenha, e que vehesse lume pera poeram fogo aos Paaços, e queimar o treedor e a aleivosa (...) Alli sse mostrou ho Meestre a hũa grande janella que viinha sobre a rrua omde estava Alvorõ Paaez e a mais força de gente, e disse: "amigos apacificaevos ca eu vivo e saõ aom a Deos graças... (...)" As gentes todas quando ouvirom este pregom, folgavam muito em suas voomtades; e deziaam huũs contra os outros: "Que fazemos estando? Tomemos este homem por senhor, e alçemollo por rei."¹⁴

Os capítulos mais eloquentes da obra de Fernao Lopes são dedicados à cidade de Lisboa em plena revolução. A cidade actua como um compacto bloco social e económico, produto da coesão e do dinamismo dos grupos sociais. Lisboa é personificada como esposa e como mãe - e a um segundo nível (religioso) é a Igreja, esposa de Cristo, cujos partidários surgem transfigurados em apóstolos, confessores e mártires.¹⁵ Perante a resistência épica de Lisboa perante o invasor, o cronista exclama: "Oo çidade de Lixboa, famosa amtre as çidades, forte esteo e collumpna que sostem todo Portugall!"¹⁶

A popularidade do Mestre de Avis, D. João, saíra reforçada depois do assassínio do Conde Andeiro. Por proposta do tanoeiro

Afonso Eanes Penedo, foi nomeado Regedor e Defensor do Reino. Dedicou-se à preparação da resistência contra Castela e à guerra civil. Offícios e bens dos inimigos foram distribuídos pelos seus partidários. A cidade de Lisboa, base do poder do Mestre de Avis, foi cumulada de privilégios. Mas sem esperar as suas directrizes estalou a revolução no Alentejo. O povo comum ("ventres ao sol") assaltou castelos (Évora, Beja, Portalegre, Extremoz) e exerceu violência sobre os partidários de Castela. Entretanto o Mestre de Avis enviara uma embaixada a Inglaterra que mandou homens de armas e arqueiros, enquanto a cidade de Lisboa lhe concedia um empréstimo e se cunhava nova moeda.

O Rei de Castela iniciou as hostilidades, invadindo Portugal e recebendo as homenagens da maior parte da Nobreza, incluindo a de muitos alcaides de Castelos. Embora em face do direito feudal o Rei de Castela tivesse direito ao trono de Portugal, devido ao seu casamento com a filha do rei deste país, muitos nobres serviam-no apenas por interesse pecuniário. O Rei de Castela cercou Lisboa com um exército imponente: dispunha de cavalaria e infantaria, de besteiros e galés. Fernão Lopes canta a resistência de Lisboa, expressando a sua crença no providencialismo messiânico de um frade pregador, que invoca o exemplo de Jerusalém. Embora sofrendo fome, Lisboa manifestou um heroísmo colectivo que inspirava o povo comum, burgueses, mesteirais, mulheres e o clero: Lisboa era a "vida e coração" do reino. Fernão Lopes escreveu: "E nom soamente os que eram assinados em cada lugar pera deffenssom, mas ainda as outras gentes da çidade, ouvindo rrepicar na See, e nas outras torres, avivavomsse os coraçoos delles; e os mesteiraaes damdo follgamça a seus officios, logo todos com armas corriam rrijamente pera hu diziam que os castellaãos mostravaam de viinr. All viriees os muros cheos de gente, com muitas trombetas e braados e apupos esgremimdo espadas

e lanças e semelhantes armas, mostrando fouteza contra seus emmigos."¹⁷ Finalmente, a peste que grassava no arraial castelhanao forçou os invasores a retirar.

Ao lado da acção colectiva de Lisboa avulta a figura de Nuno Álvares Pereira, um herói de gesta. Fernão Lopes relata a sua infância, após o seu nascimento no castelo da Flor da Rosa, o seu serviço como escudeiro de D. Leonor Teles, o seu casamento com D. Leonor de Alvim, a sua vida de jovem nobre, a sua leitura da história da Távola Redonda, o seu culto de Galaz, cuja virgindade queria imitar, o seu extremo misticismo. A sua carreira de paladino invencível iniciou-se em escaramuças contra os capitães de Castela, no Lumiar. Afirma então Nun'Alvares a sua fé na "necessidade de defesa da Pátria," ainda que fosse contra todos os capitães do mundo". Adoptando a tática de infantaria, já tentada em Crécy, Azincourt e Courtrai contra a cavalaria feudal da França, Nuno Álvares ganhou vitórias sucessivas contra os esquadrões de Castela nos campos de batalha de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde. Como afirma António José Saraiva, "a crítica da nobreza actual é feita em nome de uma nobreza ideal, cujo modelo nos é dado em Nun'Álvares."¹⁸ Outro comentário parece pertinente: "É a síntese encarnada das virtudes pátrias, do que sobrevive da ética cavaleiresca, aliada à nova moral burguesa que se afirma."¹⁹ Evidenciava Nuno Álvares rígida e inflexível moralidade, fidelidade a D. João I, a disponibilidade e belicosidade do herói: era um caudilho sempre vitorioso, dotado de recursos psicológicos e senso estratégico. Além disso era o herói defensor dos oprimidos, instrumento da Providência divina para a salvação da Pátria: foi "luz clara em sua geração." Fernão Lopes insiste longamente na amizade que ligava o Condestável a D. João I, compraz-se demasiado na narração das escaramuças, correrias, traições e vinganças da guerra.²⁰

Fernão Lopes relata com eloquência e sobriedade a batalha de Aljubarrota ocorrida no dia 14 de Agosto de 1385: após a vitória decisiva a maior parte do país aderiu à causa do Mestre de Avis. Durante a batalha foi aprisionado Pero López de Ayala, émulo de Fernão Lopes.

Após o triunfo, a luz incide sobre o Rei D. João I. No tratamento que confere à figura do Mestre, na imparcialidade com que narra a maioria dos episódios em que D. João figura, na preocupação em cotejar vários depoimentos, na lucidez com que os dissecar, Fernão Lopes parece um historiador moderno. D. João surge como um anti-herói. Dentro dos limites estreitos que lhe permitem o seu patriotismo e o seu emprego, Fernão Lopes mostra-se impiedoso para com a personagem. Surgem em plena luz a indecisão, o medo, o ridículo do rei. Acentua uma historiadora: "Mas este anti-herói que tem consciência de suas limitações, que muito ouve e pouco fala; que tem acesso aos diversos grupos sociais e de todos se utiliza, porque parece inofensivo; este homem extrairá das suas próprias deficiências a série de factores que o levarão à sua afirmação como líder, e ao poder."²¹ Fernão Lopes acentua as estreitas ligações pessoais entre D. João e Nuno Álvares: "Gram liamça damor e bem querença se gerou muito amtre Nuno Álvarez e ho Meestre, desque veo para ell, e começou de ho servir; e esto foi segundo alguõs scprevem, porque erãm ambos de cavalleirosos corações, e acompanhados de virtuosos costumes."²² O Condestável era o representante da Nobreza nos quadros da Revolução, embora a burguesia começasse já a assumir o poder. O rei, apesar da sua mediocridade, amava a sua pátria e permanecia nela: um grande homem forjado pela necessidade histórica.²³ O Rei de Boa Memória, Rei da Burguesia, apoia-se nos representantes da nova época, como Álvaro Pais e João das Regras.²⁴ A opinião geral dos historiadores segue a de Fernão Lopes: era prudente, um

hábil político, com crises de violência e acessos de brutalidade alternando com assomos de humanidade.²⁵

Fernão Lopes traçou assim um quadro grandioso das lutas político-sociais do final do século XIV. A grandeza da sua concepção sobressai quando se compara à dos que o precederam e à de alguns que lhe sucederam. Villehardouin e Joinville tinham descrito as Cruzadas, evidenciando no caso do segundo grande análise psicológica no retrato de S. Luís: mas ambos os cronistas tinham escrito ou memórias ou história biográfica. Froissart, escritor profissional, exaltou a "prouesse", os torneios, as aventuras guerreiras onde se revela o ardor e a coragem de um homem, traçando o quadro de uma sociedade cavalleiresca, batalhadora e decorativa. Cobrira as guerras da Europa inteira, de Eduardo III até à morte de Ricardo II (1327-1400). Mas como acentua Albert Peuphilet: "Ni la sagesse éclairée, les tendances déjà humanistes de Charles V, ni les hardiesses de précurseur d'Etienne Marcel, ni la vie des communes et la misère des campagnes n'ont attiré suffisamment son attention."²⁶ Por outro lado Froissart apresentava apenas o ponto de vista da nobreza: perante as "Jacqueries" só exteriorizou desdém. Commynes, posterior a Fernão Lopes, era um observador perspicaz, como demonstrou nos retratos de Luís XI e de Carlos o Temerário - mas as suas "Mémoires" são apenas um livro de memórias pessoais com algumas observações sobre o destino humano.²⁷

Em contraste com o exposto acima, outra se revela a concepção da História que orienta a obra dos cronistas ibéricos. Na Península Hispânica, desde a Crónica Geral de Espanha, a História é vista como uma marcha para o futuro, através do presente, no que se manifesta uma visão de uma realidade social muito complexa. Nas Crónicas de Fernão Lopes apresentam-se os factores económicos e os factores colectivos, bem como as contradições das classes

sociais e os factores pessoais. Manifesta-se a consciência de uma nova era, cujo dealbar entrevira com a insurreição popular, "na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes."²⁸ Assim a obra de consolidação da monarquia portuguesa, condicionada pelo capitalismo político, chegaria ao seu ponto culminante através de uma revolução, a mais profunda e a mais permanente de todas as revoluções que varreram a história de Portugal. Na segunda metade do século XIV, a aristocracia territorial procurava afirmar, com exclusividade, seu domínio político. De outro lado, a categoria mais rica, a burguesia comercial, longamente associada à coroa, sabia que sua hora havia soado, a hora de juntar à riqueza o poder político. O dilaceramento das duas facções, a ameaçar a própria existência da nação, provocara uma guerra externa, expressão de uma tenaz luta intestina. Perece uma dinastia, a dinastia afonsina, filha da infância do reino; em seu lugar ergueu-se a gloriosa dinastia de Avis (1385-1580), plataforma social e política da conquista do mundo desconhecido pelas naus de Vasco da Gama. Conclui um historiador brasileiro recente: "Nasce, assistida pela violência, pelo dissídio, pela guerra, a nação épica de Os Lusíadas, sonho de curta duração, metereórico, que deixou, na sua cauda de luz, uma constelação ainda íntegra."²⁹

De um modo geral pode afirmar-se que a maioria dos comentadores de Fernão Lopes seguiram a interpretação de António Sérgio sobre a Revolução de 1383. A Peste Negra teria causado, segundo este autor, um abalo económico e um agravamento da luta de classes. A guerra civil teria sido declarada pela alta burguesia do comércio marítimo, que teria utilizado o proletariado contra a classe média e a aristocracia. A batalha defensiva de infantaria teria sido própria dos exércitos da burguesia.³⁰

Fernão Lopes foi o primeiro mestre da prosa portuguesa. O seu

estilo caracteriza-se por extrema oralidade e um sentimento vívido da natureza. Como narrador sabia variar o fluxo da narrativa: alternava aventuras de personagens singulares e movimentos tumultuosos das massas populares, com cenas de interior e de praça e choques de concepções da vida e do direito. Como narrador é um émulo dos seus contemporâneos Chaucer e Boccaccio, acima do seu colega López de Ayala.³¹

A Crónica de D. João I é, como Os Lusíadas, um breviário de patriotismo. A Crónica foi beber inspiração Alexandre Herculano, que celebrou num volume de Opúsculos a poesia e o drama da Idade Média que permeiam os relatos do cronista medieval. Quando surgiu de novo a Questão Ibérica, no final do século XIX, foi publicada uma edição popular, para alimentar a chama do Portuguesismo.³² No século XX historiadores de opostas ideologias têm encontrado na Crónica de D. João I uma base sólida para as suas construções ideológicas.

Em conclusão:

Fernão Lopes, o historiador que exalta os acontecimentos, filho ele próprio da era nova, acentua e dá relevo às transformações sociais e económicas que a revolução consagrou. "Com ele nasce uma história nova, preocupada com a realidade profunda e com a ideologia, alheia à tradição narrativa de Tucídides."³³

N O T A S

- ¹ António José Saraiva, História da Cultura em Portugal (Lisboa, 1950-1953), I.
M. Rodrigues Lapa, Lições de Literatura Portuguesa (Época Medieval), (Coimbra, 1956) pp.269-70.
A.H. de Oliveira Marques, História de Portugal (Lisboa, 1972), I, p.47.
A.H. de Oliveira Marques, Antologia da Historiografia Portuguesa (Lisboa, 1974), p.15.
- ² Oliveira Marques, p.168.
- ³ Oliveira Marques, pp.175-184.
- ⁴ Oliveira Marques, pp 187-188.
Outras fontes:
António Sérgio, Prefácio à Crónica de D.João I (Porto, Livraria Civilização, 1945), XIV e XXXIX.
António Sérgio, História de Portugal (Barcelona, 1929).
Virgínia Rau, Sesmarias Medievais Portuguesas (Lisboa, 1946).
Joel Serrao, O Carácter Social da Revolução de 1383 (Lisboa, Seara Nova, 1946).
Jaime Cortesão, Os Factores Democráticos da Formação de Portugal (Lisboa, 1964).
Salvador Dias Arnaut, A Crise Nacional dos Fins do Século XIV, I (Coimbra, 1960).
A importância da Peste Negra, ligada ao início de uma crise económica e a uma guerra civil latente é contestada por António Borges Coelho em A Revolução de 1383 (Lisboa, Seara Nova, 1975), p.70, que põe em relevo a pujança da burguesia na revolução.
- ⁵ Oliveira Marques, "Fernão Lopes", Dicionário da História de Portugal (editada por Joel Serrao), II, pp.806-808. (Lisboa, 1971)

- 6 L.F.Lyndley Cintra, "Fernão Lopes, "Dicionário de Literatura (editado por Jacinto do Prado Coelho), I, (Porto, 1971), pp. 573-575.
- 7 António José Saraiva, Fernão Lopes (Lisboa, 1965), pp.9, 11,15.
- 8 Saraiva, op.cit., p.15.
- 9 L.F.Lyndley Cintra, "Historiografia", Dicionário de Literatura, I, pp.402-403.
- 10 Fernão Lopes, Crónica de D.Joao I (Porto, Livraria Civilização Editora, 1945), p.2.
- 11 Oliveira Marques, Antologia, p.15.
- 12 Saraiva, op.cit., pp.27-28.
- 13 Borges Coelho, A Revolução de 1383, p.12.
- 14 Fernão Lopes, op.cit., I, pp.24-26.
- 15 Maria Lúcia Perrone de Faro Passos, O Herói na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes (Lisboa, 1974), pp.240-242.
- 16 Fernão Lopes, op.cit., I, p.343.
- 17 Fernão Lopes, op.cit., I, pp.223-224.
- 18 António José Saraiva, História da Cultura em Portugal (Lisboa, Editora Jornal do Foro, 1950), II, p.519.
- 19 Maria Lúcia, op.cit., p.27.
- 20 Maria Lúcia, op.cit., pp.15-86. Houve um problema idêntico na corrupção da Nobreza em 1578-80. L.A. Rebelo da Silva, História de Portugal (Séculos XVII e XVIII), (Lisboa, Imprensa Nacional, 1972), I, p.440.
- 21 Maria Lúcia, op.cit., p.93.
- 22 Fernão Lopes, op.cit., I, p.169.

- 23 Maria Lúcia, op.cit., p.131.
- 24 Maria Lúcia, op.cit., p.186.
- 25 A.H. Oliveira Marques, "D.João I", Dicionário da História de Portugal, II, pp.607-608.
- 26 Albert Pauphilet (editor) Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age (Paris, Gallimard, 1952), p.370.
- 27 Pauphilet, op.cit., pp.947-948.
Saraiva, op.cit., p.71.
- 28 Saraiva, Fernao Lopes, p.41.
- 29 Raymundo Faoro, Os Donos do Poder (Porto Alegre/S.Paulo, Globo, Ed. da Universidade de S.Paulo, 1975), p.33.
- 30 António Sérgio, "Sobre a Revolução de 1383-85," Ensaaios (Lisboa, 1971), VI, pp.121-159.
- 31 Sobre este assunto deve consultar-se a fonte primária:
Pedro Lopez de Ayala, Colleccion de las Crónicas de Castilla (Madrid, 1780).
- 32 Fernao Lopes, Chronica de El-Rei D.João I (Lisboa, 1897).
Edição dirigida por Luciano Cordeiro, integrada na "Bibliotheca de Classicos Portuguezes".
- 33 Raymundo Faoro, op.cit., p.54.
António José Saraiva em Para a História da Cultura em Portugal (Lisboa, 1961), II.pp.263-292, voltou a tratar de Fernão Lopes. Identificou-o com uma das figuras dos chamados "Painéis de S. Vicente" de Nuno Gonçalves: "É um velho robusto, de olhar destemido e sabedor, lábios firmes mas não secos, rosto adiposo de refegos e vincos profundos, como é frequente nos trabalhadores sedentários, um perfeito clerc, mas enérgico,

animado de dignidade e segurança, imperiosamente viril."

O parecer de Alexandre Herculano mencionado no texto encontra-se expresso em Opúsculos (Lisboa, 4. edição, s.d.), V, pp.3-30.